

Revista Brasileira de Cartografia (2015) N<sup>o</sup> 67/4 759-771  
Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto  
ISSN: 1808-0936

## OS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DE MINAS GERAIS EM MAPAS

*Maps of Early Occupancy of Minas Gerais*

**Maria Márcia Magela Machado & Friedrich Ewald Renger**

**Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**  
**Instituto de Geociências**  
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, BH - MG, cep. 31.270-901  
mmarciamm@ufmg.br  
tularuchkys@ufmg.br

*Recebido em 10 de Abril, 2013/ Aceito em 13 de Maio, 2013*  
*Received on April 10, 2013/ Accepted on May 13, 2013*

### RESUMO

O trabalho apresenta os primórdios da evolução da ocupação do território mineiro por meio de mapas históricos do período entre, aproximadamente, 1680 e 1780. Esta ocupação teve duas vertentes: uma mais antiga do norte para o sul ao longo do Rio São Francisco, essencialmente agrária, e a outra, em sentido contrário, a partir de São Paulo, inicialmente para preação de índios, posteriormente para exploração de ouro. No mapa da América Meridional do italiano Coronelli, a Província de S. Cruz ou Brasile aparece dividida em 12 capitanias e é ocupada, em sua maior parte, pela bacia do Rio São Francisco e, entre os afluentes, aparece o Rio das Velhas (*Gaibuig*) até a Serra de Sabarabuçu (*Sarabassu*). Com a descoberta das minas de ouro em Minas Gerais a partir dos anos 90 do séc. XVII surgiu a necessidade de mapas mais detalhados para fins administrativos. Entre estes se destaca a obra do Pe. Jacobo Cocleo, que cobre o Brasil oriental atual, com destaque para o Rio São Francisco. Estão assinaladas muitas das lendárias serras, alvos da exploração mineral, as recém descobertas minas e os principais caminhos que levavam até elas. Nas duas margens do Rio São Francisco, da barra do Rio das Velhas à jusante, estão indicadas inúmeras fazendas, registro do processo de ocupação agrária. No início do século XVIII, com a corrida ao ouro, também são envolvidos engenheiros militares nos levantamentos cartográficos. O *Mapa das Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pretence* representa não só o território da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, mas todo litoral e interior do Brasil entre o sul da Bahia e Santa Catarina, registrando os primeiros núcleos urbanos mineiros. Até esta época, os cartógrafos tinham se baseado, essencialmente, em roteiros de sertanistas e bandeirantes, às vezes acrescentando observações próprias. Os “Padres Matemáticos” Diogo Soares e Domingos Capassi procederam a uma profunda renovação da cartografia no Brasil, baseando seus mapas em observações astronômicas de latitudes e longitudes, lançando assim, os alicerces para uma cartografia científica. O principal trabalho destes cartógrafos em Minas Gerais consiste em um conjunto de quatro mapas que cobrem o território das Minas desde a Zona da Mata, no sul, até as Minas Novas e o Rio Jequitinhonha, no norte, entre 16° 30’S e 21° 30’S. Foram cartografados, praticamente, todos os arraiais e vilas da região, registrando a maior concentração no entorno de Vila Rica. O declínio da produção de ouro e diamantes revitalizou a importância da cartografia em Minas Gerais. Destacam-se os mapas de José Joaquim da Rocha e a cartografia da Demarcação Diamantina. Observa-se nos velhos mapas a transformação do espaço incógnito para uma entidade política e sua ocupação condicionada à ocorrência de ouro e diamantes.

**Palavras Chaves:** Cartografia Histórica, Minas Gerais, Ocupação Territorial.

## ABSTRACT

This paper shows the beginning of the evolution of the occupation of the territory of Minas Gerais through some historical maps, from the period roughly between 1680 and 1780. This occupation followed two different directions: firstly from North to South, along the São Francisco River, essentially agrarian, and the other, in the opposite sense, starting from São Paulo, initially for the capture of Indians, and later for gold mining. During the 16<sup>th</sup> and beginning of the 17<sup>th</sup> centuries, the countryside was shown based on knowledge of several excursions - *bandeiras*, which explored the hinterland of Brazil, starting from the coast. On Italian Coronelli's map of Southern America, published in 1681, the province of Santa Cruz or Brasile appears divided into 12 capitancies, and is occupied, for the most part, by the São Francisco River Basin, which has, among its tributaries, the Velhas River (Gaibuig), running from Sabarabussu mountain range. The discovery of gold in the state of Minas Gerais, starting in the 1690's, claimed for more detailed maps, for administrative purposes. Among these, the work of Father Jacobo Cocleo stands out, covering today's Eastern Brazil, with emphasis on the São Francisco River. Many of the legendary mountain ranges, targeted as mining prospects, the recently discovered mines and the main routes leading to them are lined out. On both banks of the São Francisco River downstream, from the mouth of the Velhas River, many farms are shown, register of the process of agrarian occupation. In the beginning of the 18<sup>th</sup> century, with the gold rush, military engineers also became involved in cartographic survey. The map of the *Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence* shows not only the sub-territory of *São Paulo and Minas do Ouro*, but all the coastline and interior of Brazil, between Southern Bahia and Santa Catarina, registering the first settlements of Minas Gerais. Until then, cartographers had based essentially on routes of backwooders and pioneers, sometimes adding their own observations. The "Mathematician Fathers" Diogo Soares and Domingos Capassi proceeded with a deep renovation of cartography in Brazil, basing their maps on astronomical observations of latitudes and longitudes, thus paving the ground for scientific cartography. The main job of these cartographers in Minas Gerais consists of a set of four maps, which cover the territory of Minas Gerais, from its *Zona da Mata*, in the South, to the Minas Novas region and the Jequitinhonha River, in the North, between 16° 30'S and 21° 30'S. Virtually all settlements and villages in the region were cartographed, registering the highest concentration around Vila Rica. The decline of gold and diamond production revitalized the importance of map-making in Minas Gerais. Among them, the maps of José Joaquim da Rocha and the cartography of the diamond district stand out. It is possible to note in those old maps the transformation of unknown space into a political entity, and its occupation conditioned to the occurrence of gold and diamonds.

**Keywords:** Historical Cartography, Minas Gerais, Territorial Occupation.

### 1. ANTECEDENTES

Os velhos mapas constituem uma importante fonte para o estudo de aspectos da história como descobrimentos, conquistas de territórios, ações militares, questões de limites e fins administrativos dos mais diversos. Ao mesmo tempo representam documentos do estado de conhecimento da terra e do espaço no decorrer do tempo. Assim, os mapas do Brasil dos séculos XVI e XVII retratam o conhecimento pormenorizado do litoral, deixando o vasto interior em branco ou, às vezes, preenchido com figuras fantásticas ou cenas indígenas, muitas vezes de canibalismo.

#### 1.1 Minas Gerais na Cartografia Quinhentista

Um exemplo da cartografia quinhentista é o Mapa do Brasil, atribuído a Luís Teixeira (o velho; 1564 - 1613), de cerca de 1585. O litoral está representado com bastante detalhe,

todos os principais rios ao longo da costa estão nomeados, além de estarem assinalados ilhas, recifes e baixios. O Estado do Brasil, dividido em nove capitanias que chegam até a linha de demarcação do Meridiano de Tordesilhas, está praticamente vazio, somente no sul aparecem em destaque os rios Paraguai e Paraná, repletos de ilhas fantasiosas. No norte a posição desse meridiano está aproximadamente correta, passando pela barra do Rio Amazonas, enquanto na parte meridional está muito deslocado para oeste, bem além da foz do Rio da Prata. Este deslocamento era intencional para poder justificar as reivindicações territoriais sobre o Rio da Prata junto aos espanhóis. O Rio São Francisco vem de além Tordesilhas com traçado praticamente oeste – leste, interrompido por um grande sumidouro.

A Figura 1 mostra a linha atual do litoral, rotacionada em sentido anti-horário em relação ao norte, sobreposta ao Mapa do Brasil de

Luís Teixeira. Apesar de apresentar uma boa coincidência por trechos, observa-se uma grande distorção na totalidade das linhas do litoral entre o velho mapa e a carta moderna. A real posição do Meridiano de Tordesilhas, passando próximo à linha Belém – Ilha de Santa Catarina, apresenta um ângulo de cerca de 13° de rotação.

Para o encaixe foi escolhido o trecho entre a Baía de Todos os Santos e a Ponta da Baleia (foz do Rio das Caravelas, hoje Rio Peruípe), de frente ao arquipélago dos Abrolhos, junto à Ilha de Santa Bárbara, balizando na graduação do mapa antigo os atuais pontos extremos norte e sul de Minas Gerais (respectivamente 14° 14' e 22° 54' de latitude sul).

Assim, o perímetro do atual território de Minas Gerais ocupa em maior ou menor proporção partes das capitânicas de Francisco Giraldes (Ilhéus), do Duque de Aveiro (Porto Seguro), Vasco Fernandes Coutinho (Espírito Santo) e Pero Góes (Rio de Janeiro). Apesar da distribuição das terras ir até a linha de demarcação, o interior não era ocupado, pelo contrário, muito mal conhecido pelos portugueses, como diz na legenda: “... *É povoada esta terra do Brasil toda de portugueses quanto dizem as capitânicas, e somente à costa do mar, e quando muito 15, 20 léguas pelo sertão / é mui povoada do gentio da terra / tem muitos ma[n]timentos / em partes dela há ouro, assim de minas como de lavagens.*”

Enquanto a colonização do *hinterland* das capitânicas da Bahia e de Pernambuco avançava facilmente pelo Rio São Francisco à jusante, nas capitânicas sulinas ela esbarrava em dois obstáculos: a Serra do Mar de difícil transposição, coberta por densa Mata Atlântica; e a ocupação da região por tribos indígenas hostis, inclusive, antropófagas. O insucesso da colonização do interior das capitânicas pelos respectivos donatários deixou um vazio que mais tarde foi ocupado por baianos e paulistas.

Quando os espanhóis conquistaram a América “tropeçaram” nos enormes tesouros de metais nobres acumulados por séculos pelos Aztecas no México e pelos Incas no Peru. As notícias da descoberta dessas riquezas minerais impressionaram e causaram inveja na corte portuguesa. O Brasil, inicialmente deixado aos corsários franceses para a exploração do pau-brasil, tornou-se alvo de investigações mineralógicas. Do contato com os nativos

surgiu a lenda do Itaberabaçu ou na corruptela Sabarabaçu, o monte resplandecente que teria no seu pé o lago do Vapabussu, onde se encontrariam os sonhados tesouros, alvo de todos os sertanistas e bandeirantes.

A primeira entrada de reconhecimento ao interior do Brasil foi organizada por Martim Afonso de Souza em 1531, quando aportou no Rio de Janeiro. Mandou quatro homens ao interior que, durante dois meses, andaram 115 léguas (cerca de 700 km), das quais 65 em serras e 50 em campos, de onde trouxeram “muito cristal”. Com esta distância podem ter alcançado o centro de Minas Gerais, como deduz DERBY (1901), ou o sul de Goiás onde também há muito cristal. CALÓGERAS (1904/05) sugere que a expedição tenha alcançado o Rio das Mortes. Devido às poucas informações a respeito do roteiro, não se sabe até onde esta entrada penetrou.

Melhor documentada é a entrada de Francisco Bruza Spinoza, organizada por mando do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza. Desta expedição deu notícia o Pe. João Aspilcueta Navarro, um jesuíta que chegou ao Brasil em 1549 junto com o Pe. Nóbrega. A expedição penetrou, nos anos de 1554/55, até o Rio São Francisco no norte de Minas Gerais. Este fato ficou registrado nos mapas do século XVII, nos quais começou a ser delineada a grande curva do Rio São Francisco, adentrando o interior, em vez dos pequeninos traços que o representavam nos primeiros mapas do Brasil. Assim, por exemplo, no mapa do Brasil de João Teixeira Albernaz de 1631, neto de Luís Teixeira, este rio já atinge uma extensão de cerca de 1500 km, apesar de seu curso estar ainda muito deslocado para oeste. No território da futura capitania das Minas estão registrados somente alguns nomes de tribos indígenas e não há identificação de serras, nem rios.

Ao contrário dos navegantes lusos, que cartografaram detalhadamente a costa do Brasil, os exploradores das entradas ao interior do Brasil dos séculos XVI e XVII não registraram as suas conquistas em mapas, pelo menos não se têm conhecimento de qualquer documento cartográfico que tenha sobrevivido até nossos dias. Apesar de infrutíferas no sentido de localizar as tão sonhadas riquezas minerais, os esforços das entradas e bandeiras durante mais de um século contribuíram substancialmente

para o conhecimento do vasto interior do Brasil.

## 1.2 Primeiros registros do território mineiro.

Passaram-se mais de 140 anos desde a entrada dos emissários de Martim Afonso até o ano de 1674, quando, a pedido do rei D. Pedro II, o paulista Fernão Dias Paes Leme, partiu de São Paulo contando com a experiência de caçadores de índios habituados a entrar em território mineiro, entre eles Matias Cardoso de Almeida. O objetivo era achar a lendária Serra do Sabarabuçu onde se acreditava estarem as tão sonhadas esmeraldas e a prata. Se não descobriu esmeraldas, Fernão Dias abriu caminho para o descobrimento do ouro. Trilhou o que se tornaria depois a Capitania de Minas Gerais entre o Rio Grande, no sul de Minas, até a Serra do Espinhaço, na região de Itacambira já quase na divisa com a atual Bahia.

A “Serra do Sarabassu” já consta no mapa *América Meridionale* do Pe. Vincenzo Maria Coronelli (1650 – 1718), publicado pela primeira vez em 1681 (Fig. 2). O mapa, de projeção azimutal, apresenta longitudes em relação à Ilha do Ferro (Ilhas Canárias). Essa longitude foi definida pelo rei Luis XIII, em 1610, como meridiano de origem nos mapas franceses. Este mapa testemunha a não ocupação do território mineiro antes da descoberta das minas de ouro, assim como de todo o interior brasileiro.

Enquanto o litoral aparece bastante pormenorizado com a divisão de 12 capitanias, desde o Maranhão até São Vicente, e muitas embocaduras de rios, não há detalhamento no interior. A nomenclatura indígena, com exceção de nomes portugueses presentes no litoral, denuncia também esta realidade.

A *Província de S. Cruz* ou *Brasile* é, em sua maior parte, ocupada pela bacia do Rio São Francisco e os espaços preenchidos por cenas de índios (de lutas e de canibalismo) e da vida rural (carro de boi e engenho de moagem de cana) além da indicação de algumas populações de indígenas (*Guaracatiuy*, *Annaciugi*, *Quirigay*, *Tapiguiry*). O Rio São Francisco (ou *Parapitinga*) aparece bastante distorcido e muito deslocado para noroeste. Na sua margem direita constam dois afluentes com os nomes Geta Caig e Gaibuig (Jequitai e Guacuí ou Rio das Velhas). A leste desse último estende-se, na direção nordeste, uma grande serra que corresponde a atual Serra



Fig. 1- Mapa do Brasil, atribuído a Luís Teixeira, com sobreposição do contorno do litoral do Brasil com o Meridiano de Tordesilhas e de Minas Gerais.

do Espinhaço. A *Serra do Sarabassu* aparece ao norte do *Rio Paraná* (Rio Grande e Rio das Mortes), junto a uma lagoa sem nome (talvez a lendária lagoa do Vapabussu?), formando o divisor de águas com o *Rio Gaibuig*. Ao sul da nascente do Rio São Francisco consta a *Serra de Guasembaga*, que seria a Serra da Canastra. Os afluentes da margem esquerda são os rios *Parachai* (Paracatu), *Ynaya* (Indaiá) e *Galiaole* (sem identificação na atual toponímia e hidrografia). O Rio Jequitinhonha não aparece no mapa, a não ser como Rio Grande (de Belmonte) num pequeno trecho no litoral. Nota-se uma predominância da nomenclatura indígena no interior, ao contrário do litoral onde prevalece a toponímia religiosa portuguesa que seguiu o calendário dos dias dos santos dos respectivos descobrimentos, tais como: Monte Pascoal, Natal, Baía de Todos os Santos, Rio de São Francisco, Espírito Santo, São Vicente, entre outros.

## 2. A CORRIDA DO OURO E OS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS

Os primeiros assentamentos humanos no



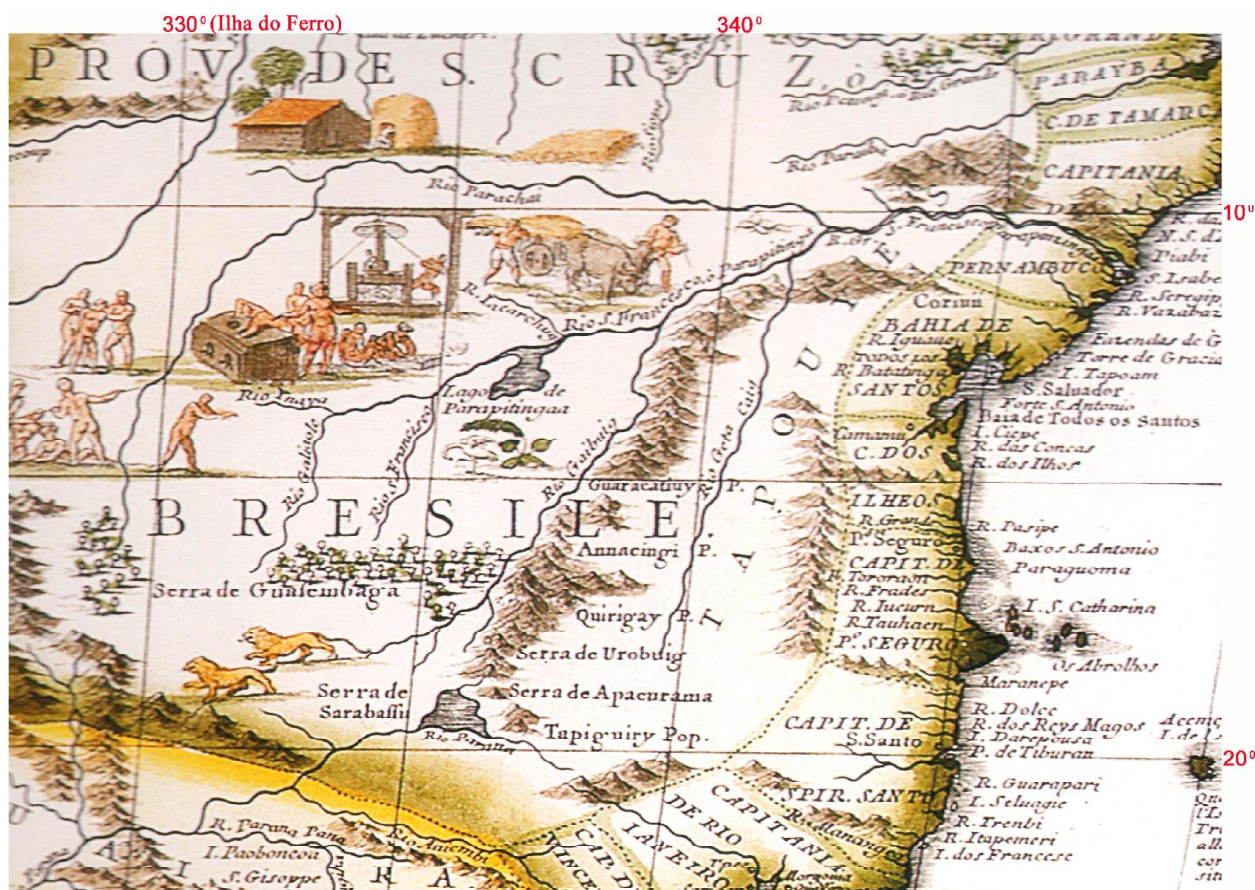


Fig. 2 - Parte do mapa América Meridionale de V. M. Coronelli. (MICELLI, 2002).

território das Minas tem origem nos achados de ouro, uma vez que os mineradores montavam seus ranchos junto às lavras.

As descobertas de ouro vieram das entradas paulistas cada vez mais freqüentes e atentas aos cascalhos e areias dos ribeirões pela experiência nas lavras do litoral do sul. Há controvérsias sobre a autoria e o local dos primeiros achados. MAGALHÃES (1978), por exemplo, argumenta que o primeiro descobridor de ouro no território mineiro foi Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias. Baseia tal inferência em 2 documentos oficiais existentes no Arquivo Nacional quais sejam: o ato régio de 23 de dezembro de 1683 pelo qual Garcia Rodrigues Paes foi nomeado “capitão-mor da entrada e descobrimento, e administrador das minas de esmeraldas que descobriu” e a carta régia de 19 de novembro de 1697 que exalta o seu cuidado neste empreendimento e insinua ser ele o “primeiro que descobriu o ouro de lavagem dos ribeirões que correm para [sic] a Serra de Serababasu”, e ao fato de Garcia Rodrigues ter retornado para a região do Sumidouro, logo após a morte de seu pai. Menos específicos quanto a nomes,

há os que atribuem a descoberta de maneira geral aos remanescentes da Bandeira de Fernão Dias, Borba Gato e seus homens, que andaram clandestinamente pelos sertões de Minas depois do mesmo ter assassinado o fidalgo D. Rodrigo Castelo Branco, administrador das minas do Brasil. Não é incomum encontrar na literatura a atribuição dos primeiros achados a Antônio Rodrigues Arzão que, a frente de uma comitiva a caça de índios pelos idos de 1693, encontrou cascalhos auríferos no leito do rio Casca onde teria construído abrigo que passou à história como “Casa da Casca”. SANTOS PIRES (1903) trata este episódio como lenda e DERBY (1899) não descarta o fundamento desta tradição e atribui sua entrada na história escrita às mãos do poeta Cláudio Manuel da Costa. Entretanto, é bem provável mesmo que o primeiro ouro das futuras Minas Gerais sejam as três oitavas apuradas do cascalho manifestado por Arzão ao capitão-mor do Espírito Santo. Há ainda a versão da descoberta do ouro preto por Manuel Garcia, seguida pelas descobertas de Antônio Dias e do Padre Faria em 1694. ANTONIL (1711, ed.1997) relata o primeiro achado já no governo

de Arthur de Sá e Meneses, que só tomou posse no governo da Capitania do Rio de Janeiro em 1697, explicitando a incerteza sobre o autor do feito “dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba” (grifo nosso).

Independente de quem ou de quais expedições foram pioneiras no descobrimento do ouro nos vales dos rios de Minas e, como foram muitas nos anos de 1693 e 1694, devem ter ocorrido achados quase concomitantes, a notícia dos descobrimentos motivou novas entradas que incluíam mineiros práticos das lavras de São Paulo e os achados proliferaram rapidamente. Primeiro na região das hoje cidades de Ouro Preto e Mariana, as famosas “Minas Gerais dos Cataguás” que incluíam jazidas como as de Itaverava, Itatiaia, Antônio Dias, Padre Faria, Bento Rodrigues, Ribeirão do Carmo. Logo os achados se expandiram para Inficionado (Santa Rita Durão), Furquim, São Caetano (Monsenhor Horta), Ouro Branco, Casa Branca, Itabira do Campo (Itabirito), Catas Altas da Noruega e muitos outros locais. A região de Sabará caracterizou um outro grupo conhecido como “Minas do Rio das Velhas” e incluía as ricas jazidas de Congonhas do Sabará (Nova Lima), Raposos, Santo Antônio do Rio Acima (Rio Acima), entre outras. As “Minas do Caeté” incluíam as famosas lavras de Cuiabá e Morro Vermelho.

No acervo do Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) existe um mapa com o título *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleo* que traz o primeiro registro cartográfico dos descobrimentos nas cabeceiras dos córregos de Minas Gerais e das duas vertentes iniciais de ocupação: uma mais antiga do norte para o sul ao longo do Rio São Francisco, essencialmente agrária, e a outra, em sentido contrário, a partir de São Paulo, inicialmente para preação de índios, posteriormente para exploração de ouro. Estas informações são uma síntese dos conhecimentos acumulados pelas entradas e bandeiras durante os séculos XVI e XVII.

Como explicitado no título, este exemplar é uma cópia. O mapa original do Pe. Jacobo Cocleo, ou Jaques Coclé, é, certamente, posterior a 1699, pois constam nele as *Minas achadas em 1699*, junto às cabeceiras do *Rio Paraigpeba* (Paraopeba). Provavelmente é de 1700, pois

D. Rodrigo da Costa, governador da Bahia entre 1702 - 1708, menciona em carta de 29 de julho de 1704, que seu antecessor, D. João de Lencastre (1690 - 1702), “tem este mapa” (LEITE, 1938). Também estão assinaladas Vila Rica e Vila do Rio de Conta, criadas em 1711 e 1724, respectivamente. Como Pe. Cocleo morreu em 1710 impossível constarem do original. O mapa cobre todo o Brasil oriental, desde a Ilha de Maranhão até Santa Catarina ao sul (entre as latitudes 2° e 30° sul), com destaque para a bacia do Rio São Francisco localizada na parte central. Suas dimensões são de 225 x 120cm, a escala é aproximadamente 1: 1.480.000, sendo a projeção do tipo Mercator.

No futuro território mineiro, além da localização das minas junto às cabeceiras do Rio Paraopeba, estão registradas também as *Minas grandes achadas ano 1694* nas cabeceiras do *Rio Gualachos*, as *Minas do Saberaboçu* [sic], as do Rio das Velhas e do *Rio da Peste ou Guarapiranga* onde se lê *Aqui a muito ouro, mas ouve muita peste* [sic] (Fig. 3).

Constam ainda muitas das fabulosas serras, tais como *Itapuca*, *Pedra q'estara* [sic], *Iuituberaba*, *M<sup>e</sup>. q' resplandece* ou ainda o *Morro q' vai ao Sol*, junto ao qual aparece uma lagoa sem nome (será que é a Lagoa do Vapabussu?), *Serras de Minerais* e, ainda, a *Serra das Esmeraldas*, localizada entre os rios *Guarapiranga* (Piranga) e *Mocori* (Mucuri).

Traz também os principais caminhos abertos na época, tais como o do *Mestre de Campo Matias Cardoso*, de São Paulo até o curso superior do Rio São Francisco, e o *Caminho Novo do Gado* que acompanha o Rio das Velhas pelo lado esquerdo, cruza o Rio São Francisco e daí leva, em grande curva por Goiás, até o Piauí. Na altura do Rio Paraúna este último se bifurca, partindo aí o *Caminho do João Glz. [Gonçalves] do Prado*, que vai pelo espigão da Serra do Espinhaço até Rio de Conta, de onde desce pelo Rio Paraguaçu para a Bahia (Caminho da Bahia). A ligação das Minas com o Rio de Janeiro está assinalada no *Caminho do Garcia Roiz para as Minas*: o famoso Caminho Novo do Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias, aberto entre 1698 e 1705, para possibilitar uma comunicação mais rápida da sede do governo da Repartição do Sul com as minas, em substituição ao Caminho Velho, via Parati e o caminho de São Paulo



(COSTA, 2004).

Também estão indicadas inúmeras fazendas, muitas delas com o nome do proprietário, ao longo do Rio São Francisco, da barra do Rio das Velhas à jusante, nas duas margens. São as famosas fazendas de currais que, desde a descoberta das minas de ouro, forneceram gado de corte para os mineradores. Entre os rios das Velhas e Carinhonha existem cerca de 50 delas, o que corresponde a um espaçamento médio de 2 a 3 léguas entre uma e outra, uma prova irrefutável da ocupação do norte de Minas a partir da Bahia e Pernambuco anterior à chegada dos bandeirantes paulistas na corrida do ouro (SANTOS, 2001). O grande afluxo populacional e a falta de estruturas administrativas nas minas reforçaram a demanda de mapas. Assim, por carta régia de 5 de junho de 1711, o Sargento Mor Engenheiro Pedro Gomes Chaves foi encarregado de *traçar um mapa geral de todas as terras da capitania*, na época Capitania de São Paulo e Minas de Ouro (RAPM v. 20, p. 495). Passados dois anos e meio, outra carta régia determinou a confecção de *um mapa da Capitania de São Paulo e Minas*

*de Ouro, com todas as minúcias possíveis, com perfis os mais exatos que possam dar a conhecer o país* (RAPM, v. 20, p.518). Parece que o sargento mor não atendeu a nenhuma das ordens expressas, pois, em 1718, foi transferido para a praça do Rio de Janeiro porque “o dito Engenheiro não serve nas Minas de utilidade alguma, nem se ocupa de fortificações, nem tivera exercício algum no meu serviço ... assistindo nas suas lavras com seus escravos ...” (APM, SC 04 copiador, f. 13).

De fato, existe na Biblioteca Nacional o *Mapa das Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe petence* [sic], que representa não só o território da capitania de São Paulo e Minas de Ouro, mas todo litoral e interior do Brasil entre o sul da Bahia e Santa Catarina. Esta capitania existiu entre 1709 e 1720, quando foi dividida dando origem à Capitania de São Paulo e à capitania das Minas de Ouro, mais tarde conhecida como Minas Gerais.

Se trata de um mapa manuscrito, com dimensões de 51 x 62cm (Fig. 4). Na parte inferior esquerda ostenta um brasão da Casa Bragança com a coroa



Fig. 3 - Parte do Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil, extraído do original do Pe. Cocleoca. 1700, Arquivo Histórico do Exército - AHEx , Rio de Janeiro, fotografia Vicente Mello/CRCH.



real, o que caracteriza o mapa como documento oficial. A escala é, aproximadamente 1:2.300.000. Não indica nem data, nem autor. É certamente posterior a 1715, pois constam as primeiras vilas das Minas (às vezes com letra muito apagada), tais como do Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará (estas três erigidas em 1711), São João del Rei (1713), Vila do Príncipe (1714) e Pitangui (1715). Provavelmente é de 1717, pois não consta a Vila de São José del Rei, que foi criada em janeiro de 1718 ; possivelmente é da autoria do mestre de campo Felix de Azevedo Carneiro e Cunha (AHU-MG, Cx. 2, Doc. 4; FJP no. 84; pois neste documento manda-se agradecer o mapa das minas).

A malha regular de coordenadas transmite uma impressão de exatidão que as distorções graves, especialmente da linha costeira, desmentem. A rede fluvial também está muita desfigurada,

apresentando um traçado muito rudimentar, quase primitivo. Mesmo assim, o mapa tem um grande valor documental, pois registra muitos dos primeiros núcleos urbanos mineiros, ainda que bastante deslocados. Além das vilas já citadas, podem ser identificados ainda os seguintes arraiais: Tucambira (Itacambira, no extremo norte), Congonhas (do Norte), Pousos Altos, Cural del Rey, São Bartolomeu, Santa Bárbara, Catas Altas, São Sebastião, Furquim, Arraial Velho (depois São José del Rei ou Tiradentes; muito apagado), e no caminho de São Paulo: Moghy (Mogi das Cruzes), Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba (sic, a ordem destas duas localidades está invertida!), passagem da Serra da Mantiqueira, Pinheirinho, Boa Vista, Cachambú, Pedro Paulo, Engay (sic, Ingaí) e, finalmente, chegando ao Rio Grande e São João del Rei. O roteiro coincide com a

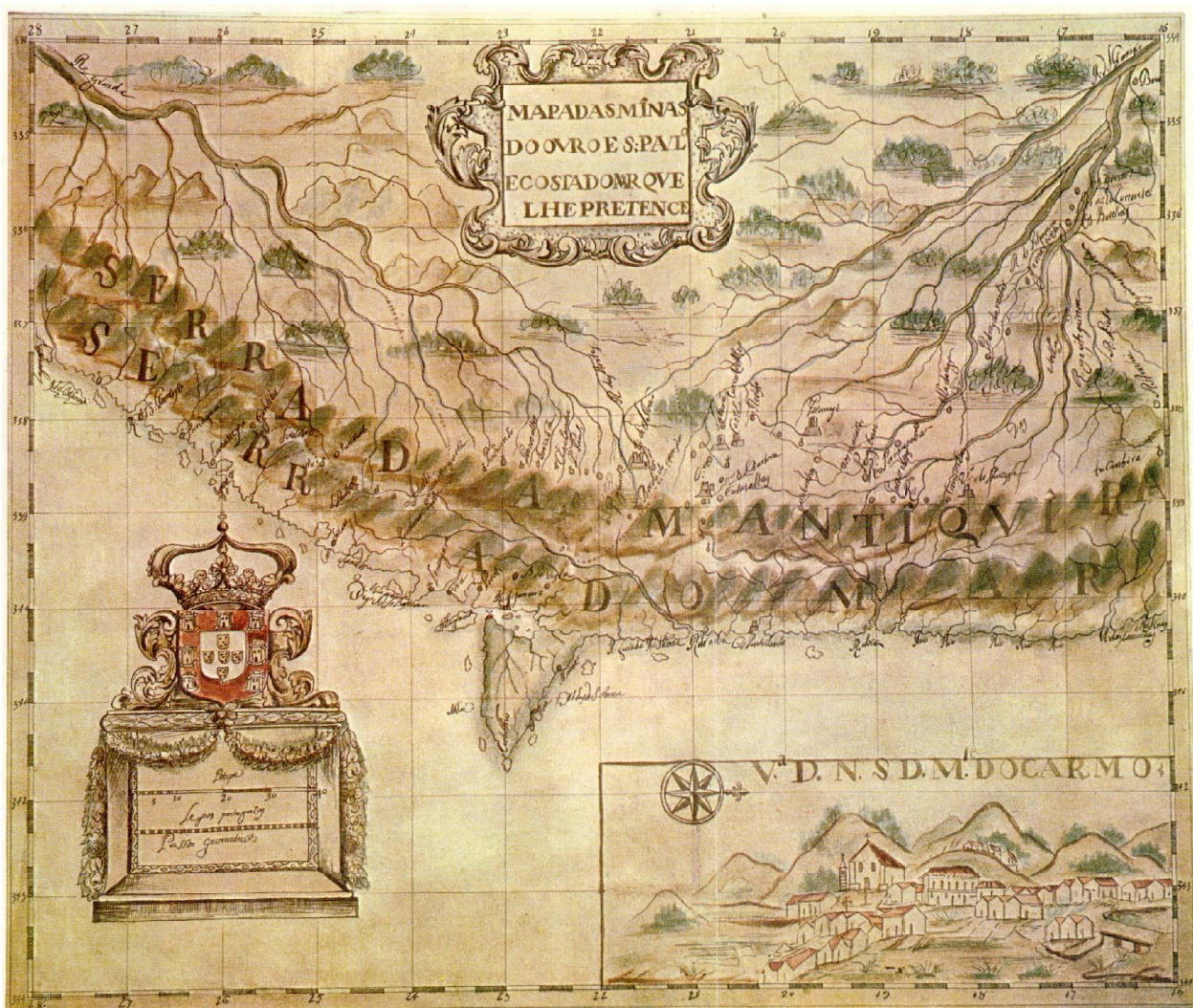


Fig. 4 - Mapa das Minas de Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe petence, atribuído a Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, ca. 1717, Biblioteca Nacional, reprodução do Museu Paulista. In: Mapas históricos brasileiros, Abril Cultural.



descrição do caminho de São Paulo às Minas na obra de Antonil, de 1711, este, aliás, bem mais detalhado. Destaque especial mereceu a *Vila de N.S. do M<sup>te</sup>. Do Carmo* [sic, Ribeirão], na época sede do governo e primeira capital das Minas com vista do casario. Observa-se claramente no mapa a ocupação ao longo da Serra do Espinhaço, que seguiu as descobertas das minas de ouro. Alguns poucos arraiais ou fazendas, porém todos sem nome, aparecem ao longo do caminho dos currais que acompanha o Rio das Velhas. Apesar das coordenadas geográficas, este deve ser considerado um mapa sertanista.

### **3. O RETRATO DA OCUPAÇÃO NOS MAPAS DOS PADRES MATEMÁTICOS**

A ocupação das Minas de Ouro atingiu proporções nunca imaginadas em 1720, chegando a 250.000 habitantes sendo que cerca de 100.000 eram brancos, 50.000 escravos africanos e 100.000 pardos e mulatos (LIMA JÚNIOR, 1965). A criação da casa de fundição de Vila Rica elevou a arrecadação anual do Quinto para mais de 100 arrobas a partir de 1725, porém, continuava o problema do “descaminho do ouro”, isto é, a sonegação e o contrabando. A cada ano eram descobertas novas lavras, como, por exemplo, o Morro do Ouro nas vizinhanças de Paracatu, provavelmente em 1721, e as Minas Novas do Fanado, afluente do Rio Araçuaí, em 1727. Essa última descoberta suscitou imediatamente disputa entre as capitanias de Minas e da Bahia sobre a jurisdição das minas. E, em carta de 22 de julho de 1729, D. Lourenço de Almeida, então governador das Minas, comunicou finalmente o achado de diamantes na Comarca do Serro Frio, clandestinamente explorados e enviados a Lisboa há alguns anos. Assim tornava-se imprescindível para a administração, fiscalização e defesa do território além mar mapas de mais exatos.

D. João V sabendo dos avanços das técnicas de cartografia, principalmente na França e Itália, contratou dois matemáticos astrônomos italianos, os jesuítas Giovanni Baptista Carbone e Domenico Capacci (ou Domingos Capassi), que chegaram em Lisboa em setembro de 1722. A primeira iniciativa foi a instalação de um observatório astronômico no Colégio de Santo Antão de Lisboa. Enquanto o Pe. Carbone ficava mais na corte, onde se tornou importante conselheiro e até secretário particular do rei,

Capassi fez trabalhos de campo no Reino, visando o levantamento topográfico de Portugal. Estes acontecimentos deram origem ao projeto do Novo Atlas da América Portuguesa que começou a tomar forma com o alvará de D. João V, de 18 de novembro de 1729, mandado para o vice-rei e demais governadores do Brasil:

*“... Hei por bem do meu serviço e muito conveniente ao governo e defesa do mesmo Estado, boa administração da justiça, arrecadação das minhas fazendas; e para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se tem originado dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquele Estado, de poucos anos a esta parte, fazerem-se mapas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas também pelos sertões, com toda distinção, para melhor se assinalem e conheçam os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca e doação; para esta diligência nomeei dois religiosos da Companhia de Jesus, peritos nas matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capassi, que mando na presente ocasião para o Rio de Janeiro.”*

(CORTESÃO, 1961).

Os chamados Padres Matemáticos, Domingos Capassi e Diogo Soares, ao chegarem ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1730 montaram um observatório astronômico no Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo e determinaram o meridiano do Rio de Janeiro em relação ao de Paris. Parece que viajaram no final de 1732 para as Minas, onde tiveram acesso as chamadas “Notícias práticas de sertanistas experientes”, uma das quais, sobre “Os primeiros descobrimentos das minas gerais de ouro” é datada de 2 de janeiro de 1733 e assinada pelo Mestre de Campo José Rebello Perdigão (TAUNAY, 1922) que era secretário do governo Artur de Sá e Menezes (1697-1702).

O principal trabalho desses cartógrafos, em Minas Gerais, consiste em um conjunto de quatro mapas, cada um de ca. 23 x 35cm, que cobre o território das Minas desde a Zona da Mata no sul, passando pela Serra da Mantiqueira, pela região das Minas, hoje chamado Quadrilátero Ferrífero, pela Serra do Espinhaço até as Minas Novas e o Rio Jequitinhonha a jusante da barra do Rio Araçuaí, entre as latitudes 16° 30’S e 21° 30’S, o que corresponde a uma distância de cerca de

550km norte-sul (Fig. 5).

A largura média da área cartografada atinge quase 250km. Os mapas têm escala aproximada de 1:930.000, foram elaborados segundo projeção Mercator e orientados pelo meridiano do Rio de Janeiro, cobrindo uma área de cerca de 140.000 km<sup>2</sup>, cujo eixo principal é formado pela Serra do Espinhaço.

Neles estão representados praticamente todos os arraiais e vilas da região existentes na época com a respectiva identificação toponímica, sendo a maior concentração em volta de Vila Rica. Prevalcem as denominações portuguesas em detrimento da nomenclatura indígena. Não foram assinalados limites, nem de comarcas nem de bispados.

Estão localizados nos mapas também os caminhos na Capitania, bem como os registros de cobrança dos direitos e impostos para as capitanias limítrofes, no caso Rio de Janeiro e Bahia. A rede fluvial está bastante detalhada, assim aparece, por exemplo, a característica curva do Rio das Velhas em torno de Lagoa Santa. Ainda constam algumas serras ou picos mais destacados como as serras do Caraça (um pouco deslocada para sul), da Piedade, os picos de Itabirito, Itambé, Itambé do Mato [Dentro] e outros mais. A vegetação da região do Mato Dentro está simbolizada por grupos de árvores em denso arranjo.

Estes mapas representam um trabalho monumental, sobretudo considerando-se que o levantamento foi feito dentro do exíguo tempo de cerca de dois anos. Trata-se de levantamentos expeditos, acompanhados de observações astronômicas, coligidas e parcialmente conservados na chamada “Tabuada das latitudes dos principais portos, cabos e ilhas do mar do sul na América austral e portuguesa pelos padres Diogo Soares e Domingos Capassi, matemáticos régios no Estado do Brasil”.

É interessante colocar que destas observações astronômicas somente as latitudes são conhecidas. É óbvio que os padres também determinaram as longitudes, já que são tão necessárias quanto às latitudes para a construção correta dos mapas, porém, a listagem das longitudes foi tratada, evidentemente, como segredo de estado e tomou um paradeiro desconhecido.

Ao todo são 184 determinações de latitudes pela costa e interior, sendo a mais meridional a da

Ilha de Santa Catarina, em 28°30’40” sul. Deste total, 116 são de Minas Gerais, correspondendo a 63%, muitas delas de conhecidas localidades, tais como: Vila Rica, Sabará, Ribeirão do Carmo, São Sebastião, São Caetano, Furquim, Antônio Pereira, Camargos, Inficionado (hoje Santa Rita Durão), Catas Altas, Santa Bárbara, entre outras. Em um dos mapas observa-se, no paralelo 21°S, uma subdivisão auxiliar do grau em intervalos de 5 ou 10 minutos para facilitar a localização dos arraiais. No mesmo mapa estão assinaladas quatro localidades sem nome (as únicas), duas delas representam São João del Rei e São José del Rei (hoje Tiradentes), respectivamente.

Os mapas estão inacabados, pois não trazem título, nem autor ou data, apesar dos belos cartuchos que ficaram vazios. Os cartuchos são do mesmo tipo dos que aparecem em outros mapas, também produzidos pelos Padres Matemáticos, da parte meridional do Brasil, estes com legendas e indicação de autor e data.

Além do conjunto dos quatro mapas, existe ainda um mapa mais detalhado do distrito dos diamantes da Comarca do Serro do Frio de 1734 (Rios e corregos em que se descobriram e mineraram os diamantes desde o ano de 1729 até o presente de 1734), na escala aproximada de 1:350.000. A legenda do mapa menciona o achado de uma “preciosa pedra de seis oitavas” (= ca. 108 quilates), em agosto de 1733, na grupiara de Currálinho (hoje Extração, perto de Diamantina). Coincidência ou não, este mapa foi feito no tempo em que Martinho de Mendonça fazia a primeira demarcação das terras diamantinas (agosto de 1734).

De autoria dos Padres Matemáticos são muito provavelmente também as plantas de São Sebastião, São Caetano e Sumidouro (hoje Bandeirantes, Monsenhor Horta e Padre Viegas) no vale do Ribeirão do Carmo. Trata-se de três arraiais, localizados entre a Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana) e Furquim, arraiais que aparecem em dois dos quatro mapas de Minas. São Sebastião e São Caetano constam também na Tabuada com suas latitudes. Duas dessas plantas (São Sebastião e Sumidouro) são datadas de 1732, o que coincide com o período das atividades dos padres em Minas.

A atividade do Pe. Capassi está ainda registrada no *Mappa do Termo da Real Villa de Queluz*, “segundo as observações de Capassi, e demos





Fig. 5 - Montagem do conjunto dos quatro mapas do território das minas entre as latitudes  $16^{\circ} 30' S$  e  $21^{\circ} 30' S$ , atribuídos a Diogo Soares e Domingos Capassi (COSTA, 2002).

[como] corretas e emendadas, as alturas variantes para conhecimento da verdade, delimitado pelas longitudes  $332^{\circ} 30'$  e  $334^{\circ}$  (da Ilha do Ferro) e os paralelos  $20^{\circ}$  a  $21^{\circ} 30' S$ ". Este mapa acompanha os autos da elevação do antigo arraial de Carijos à Vila de Queluz pelo então governador, Visconde de Barbacena, em 19 de setembro de 1791. Ainda no século XIX suas observações astronômicas eram utilizadas, um exemplo é o Mapa da Comarca de Sabará de Bernardo José da Gama, ca. 1815, onde se lê a observação "Vão os pontos de latitude segundo observação do jesuíta Padre

Capacy".

#### 4. A OCUPAÇÃO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVIII

Com o declínio da produção de ouro e diamantes, medidas sistemáticas foram empreendidas, tanto pela metrópole como pelas autoridades coloniais, no sentido de se obter uma cartografia mais detalhada do território mineiro visando fontes alternativas de produção e arrecadação de impostos.

De grande expressão são os mapas, manuscritos



e aquarelados, produzidos por José Joaquim da Rocha, militar a serviço do governo de Minas Gerais. Sua obra expressa um profundo conhecimento, não apenas geográfico, mas também estratégico, sobre o território da Capitania de Minas Gerais. O conjunto de mapas datado de 1778 engloba um mapa da Capitania com as divisas de suas comarcas e mapas das quatro comarcas: Rio das Mortes, Sabará, Vila Rica e Serro Frio. A configuração da Capitania é bem semelhante a do atual estado de Minas Gerais, excluindo a área do triângulo mineiro, apenas anexada em 1816.

Os trabalhos apresentam graduações de latitudes e longitudes a partir do Meridiano da Ilha do Ferro. O autor identifica a unidade de medida espacial utilizada na escala, léguas. Este nível de precisão das representações possibilita medidas espaciais e determinação de posição geográfica. O *Mapa da Capitania de Minas Gerais com a devisa de suas comarcas* (Fig. 6) mostra claramente a ocupação disseminada praticamente por todo o território da capitania. Atenção especial foi dada à representação da ocupação do espaço. Sobre uma base topográfica e hidrográfica, estão indicadas desde cidades, vilas, paróquias, capelas, fazendas, aldeias de gentios, com toponímia e devidamente simbolizados para identificação. Também constam estradas

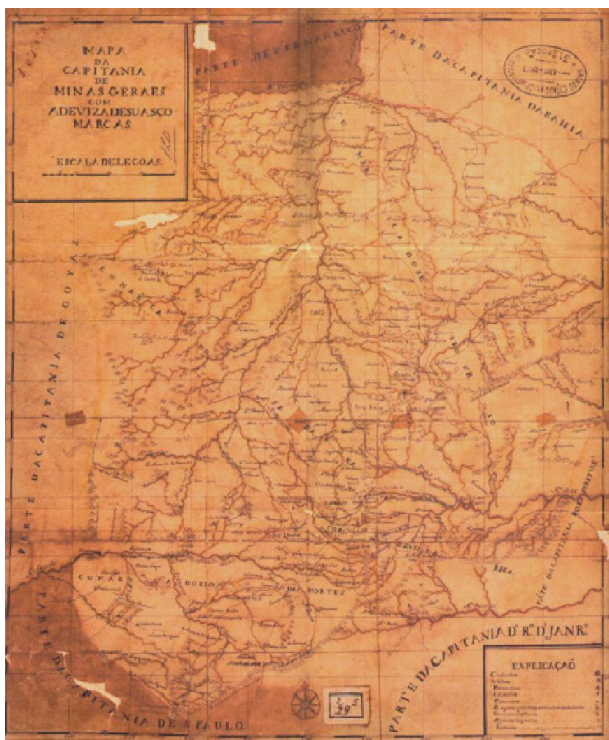


Fig. 6 - O Mapa da Capitania de José Joaquim da Rocha, 1778. In: Rocha, ed.1995.

e registros de guardas e patrulhas de soldados. É visível a maior ocupação nas regiões de mineração de ouro e diamante e ao longo das estradas que, neste período, não se restringiam mais aos antigos caminhos de ligação com a Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Como pode ser observado já existia uma grande malha de comunicação interna e estrada para as minas de Goiás. Exceção evidente é na região onde se pode notar ainda a presença indígena, delimitada ao sul pelo rio Paraíba, ao norte pela Serra das Esmeraldas estendendo-se, a oeste, até próximo às regiões das minas.

Os mapas regionais não são simples ampliações de partes do mapa geral da capitania. A escala foi explorada para aumentar número de informações, sendo então os mapas das comarcas mais detalhados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, A.J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas** (1711) - Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Silva. Lisboa, CNCDP, 2001.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO [AHEx, Rio de Janeiro], **A História pela Cartografia**, Catálogo Digital em CD-Rom, Rio de Janeiro, s.d.

CALÓGERAS, J. P. **As minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3 v., 1904/05.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro, Inst. Rio Branco, 2 v., 1961.

COSTA, A.G.; RENGGER, F.E.; FURTADO, J.F. e SANTOS, M.M. D. dos. **Cartografia das Minas Gerais – da Capitania à Província**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 83 p. e 29 pranchas, 2002.

COSTA, A. G. (org.). **Cartografia da conquista do território das minas**. Textos de A.G. Costa, F.E. Renger, J.F. Furtado e Santos, M.M. D. dos Santos, Lisboa: Kapa Editorial e Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 244 p.

DERBY, O. A., Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes, in **Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo**, v. 5, p. 240-278, 1901.



- LEITE, S. História da Companhia de Jesus no Brasil, **Rio de Janeiro** (INL) e Lisboa (Livraria Portugália), 10 v., t VIII, 1938-1950.
- LIMA JÚNIOR, A. **A Capitania das Minas Gerais (origem e formação)**. Belo Horizonte, Instituto de História, Letras e Artes, 1965.
- MAGALHÃES, B. de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**, *Brasiliana* v. 45, 4 ed., São Paulo, Cia Editora Nacional, Rio de Janeiro, INL, 1978, 348 p.
- MICELLI, P. **O Tesouro dos Mapas**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, 344 p.
- RAPM - **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 20
- ROCHA, J. J. da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais** - Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro – CEHC, 1995, 228 p.
- SANTOS, M. **As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Ed. Estrada Real, Belo Horizonte, 2001, 180p.
- SANTOS PIRES, A.O. dos. A mineração. Riquezas Míneraes. **Rev. Arq. Publ. Mineiro**, 8 (3 e 4): 882-970. 1902.
- TAUNAY, A. d'E. **Collectanea de mappas de cartographia paulista antiga**. São Paulo, Melhoramentos, 1922, v. 1.